



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

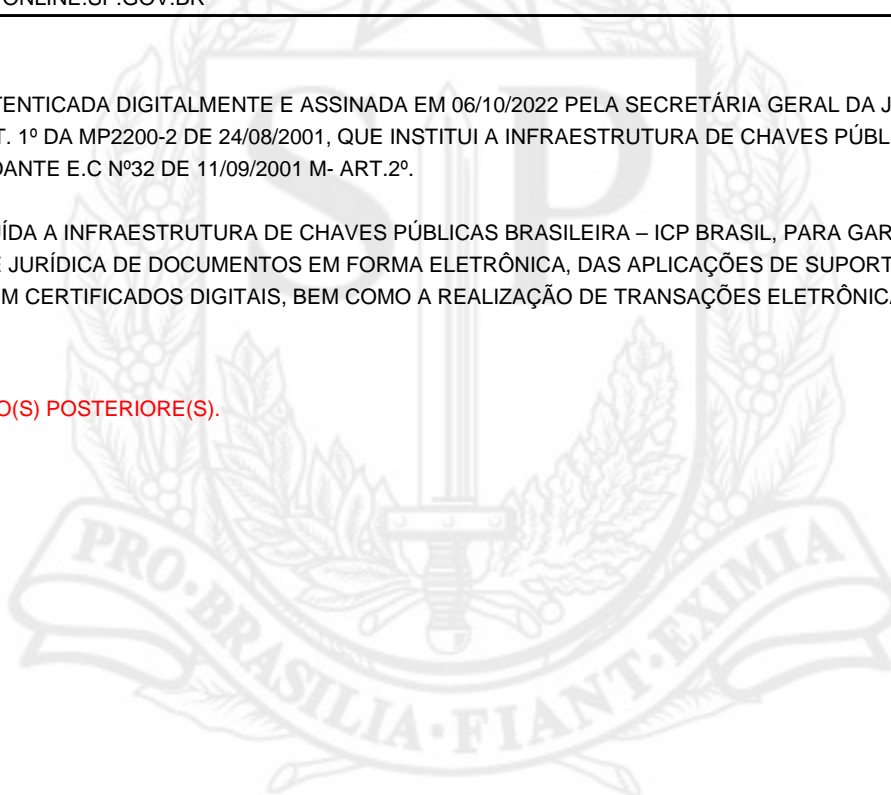
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL PRR PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300576675	CNPJ 43.476.156/0001-56	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 35300576675	DATA DO ARQUIVAMENTO 10/09/2021

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 06/10/2022	HORA DE EXPEDIÇÃO 17:02:50	CÓDIGO DE CONTROLE 180449525
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 06/10/2022 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – GISELA SIMIEMA CESCHIN, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

EXISTE(M) ARQUIVAMENTO(S) POSTERIORE(S).





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

7.11.09.21
HMM

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO
0.836.138/21-1

CONTROLE INTERNET
029889208-1

CAPA DO REQUERIMENTO

DADOS CADASTRAIS

43.476.156/0001-56

ATO Constituição Normal;				
NOME EMPRESARIAL PRR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.			PORTE Normal	JUC SE 1
LOGRADOURO Avenida das Nações Unidas	NÚMERO 18801	COMPLEMENTO CJ. 111-SI 10	CEP 04757-025	
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL	★ 08 SET
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 1	CNPJ - SEDE	NIRE - SEDE		
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: CICERO CORDEIRO ALVES (Diretor Financeiro)		VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$,00 DARF: R\$,00	DATA: 09/08/2021	SEQ. DOC 1/1 PROTC
ASSINATURA:				

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO JUCESP SEDE 15 ★ 08 SET 2021 ★ PROTOCOLO	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 4ª TURMA DE VOTAÇÃO	CARIMBO ANÁLISE DEFERIDO # TURMA 1. Vogal Relator 2. Vogal Revisor 3. Vogal Marcelo Ricomini 36.10.556.924-0 Vogal
---	---	---

ANEXOS: EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE

<input checked="" type="checkbox"/> DBE (1)	<input checked="" type="checkbox"/> Documentos Pessoais
<input type="checkbox"/> Procuração	<input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação
<input type="checkbox"/> Alvará Judicial	<input type="checkbox"/> Jornal
<input type="checkbox"/> Formal de Partilha	<input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação
<input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial	<input type="checkbox"/> Certidão
<input type="checkbox"/> Outros	

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

10 SET 2021

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP
NIRE S/A

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO
3530057667-5

GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

JUCESP

OBSERVAÇÕES:



1110(147487)



ANEXO FICHA DE
BREVE RELATO E PESQUISA
09/10/21

SS

PRR PARTICIPACOES E
EMPREENHIMENTOS S.A.

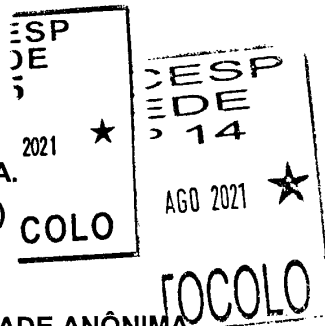
**SETOR DE REGISTRO
(ATIVIDADES)**

- Triar _____
- Deferir DBE _____
- Etiquetar _____
- Perseguir _____
- Separar Via _____

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300576675 em 10/09/2021 da empresa PRR PARTICIPACOES E EMPREENHIMENTOS S.A., protocolado sob o nº 0836138211. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/10/2022 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 180449525. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
10 09 21

PRR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
(Em sumário - Artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76)
CNPJ/MF nº "em constituição"



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA
REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2021.**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Ao 09º dia do mês de agosto do ano de 2021, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Das Nações Unidas, nº 18801, Conjunto 111-Sala 10, Bairro Jardim Dom Bosco, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04757-025.
2. **MESA:** Cicero Cordeiro Alves – Presidente; e Mateus Lima Alves – Secretário.
3. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme abaixo e nos termos da lista de presença que faz parte integrante da Ata como **ANEXO IV**:
 - a) **CICERO CORDEIRO ALVES**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.336.609-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 103.749.048-71, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Interlagos, nº 1.880, Torre 02, Apto 123 C, Bairro: Jardim Marajoara, CEP: 04660-002; e
 - b) **MATEUS LIMA ALVES**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 50.450.464-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 110.133.399-59, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Maria Benedita Rodrigues, nº 79, Bairro Parque Santo Antônio, CEP: 05851-280.
4. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei 6.404 de 1976, considerando a presença dos acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia.
5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar acerca da Constituição da Sociedade Anônima **PRR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**
6. **DELIBERAÇÕES:** Após constatar a observância de todas as formalidades legais, o Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia, esclarecendo que sua finalidade é a constituição de uma sociedade anônima, com o seguinte esboço organizacional:
 - i) **Denominação:** **PRR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**
7. **Sede:** Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Das Nações Unidas, nº

JUCESP

10 09 21

18801 Conjunto 111- Sala 10, Bairro Jardim Dom Bosco, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 04757-025.

ii) Objeto Social: a) a representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras; b) a administração de bens próprios e investimentos; e, c) a participações em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.

iii) Capital Social: R\$ 100,00 (cem reais), dividido em 100 (cem) ações ordinárias, nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas neste ato em moeda corrente nacional, mediante depósito realizado em conta bancária no Banco do Brasil, conforme Boletim de Subscrição que passa a fazer parte da presente ata com **ANEXO II**.

iv) Estatuto: Foi submetido à apreciação e deliberação da Assembleia o projeto de Estatuto Social, o qual passa a fazer parte da presente ata como **ANEXO I**.

Depois de lido o Estatuto Social, o Sr. Presidente colocou o assunto em discussão e, a seguir, em votação, separadamente, item por item do esboço organizacional da Companhia, sendo que o Estatuto Social foi discutido e votado, artigo por artigo. No fim de cada votação, o Sr. Presidente anunciou aprovação dos assuntos por votação unânime. À vista da aprovação unânime de todos os assuntos em pauta, o Sr. Presidente declarou definitivamente constituída a Companhia, com as especificações mencionadas nesta ata e determinou que após o cumprimento de todos os requisitos legais, fossem arrecadados os valores conferidos pelos senhores acionistas a título de integralização parcial do capital social da Companhia.

Prosseguindo, o Sr. Presidente informou que deveria ser feita a eleição dos membros da Diretoria para o primeiro mandato e fixada sua remuneração. Resultam eleitas por unanimidade, as seguintes pessoas:

Diretor Financeiro: **CICERO CORDEIRO ALVES**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.336.609-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 103.749.048-71, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Interlagos, nº 1.880, Torre 02, apto 123 C, Bairro: Jardim Marajoara, CEP: 04660-002; e

Diretor Administrativo e Operacional: **MATEUS LIMA ALVES**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 50.450.464-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 110.133.399-59, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Maria Benedita Rodrigues, nº 79, Bairro Parque Santo Antônio, CEP: 05851-280.

JUCESP

10 09 21

Os membros da Diretoria da Companhia exercerão seus respectivos mandatos pelo prazo de 2 (dois) anos a partir desta data e receberão remuneração relativa ao desempenho de suas funções, cujo montante será deliberado pela Assembleia Geral e, declaram ainda, que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis, conforme Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento que fazem parte da presente Ata como **ANEXO III (A e B)**.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar e não pretendendo nenhum dos presentes fazer uso da palavra, o Sr. Presidente encerrou a Assembleia Geral, redigindo-se a presente ata que foi lida, aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Secretário e todos os acionistas presentes à Assembleia, os quais assinam também o "Boletim de Subscrição de Ações" que faz parte integrante desta ata.

São Paulo/SP, 09 de agosto de 2021.

Mesa:

CICERO CORDEIRO ALVES
Presidente

MATEUS LIMA ALVES
Secretário

Acionistas:

CICERO CORDEIRO ALVES

MATEUS LIMA ALVES

Advogado:

ALINE CORDEIRO ALVES TEZZIN
OAB/SP 278.268



3/3

PRR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
AGE – 09/08/2021 – Constituição de Sociedade por Ações

Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300576675 em 10/09/2021 da empresa PRR PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A., protocolado sob o nº 0836138211. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/10/2022 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 180449525. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA
PRR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

Artigo 1º - A PRR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A é uma sociedade anônima de capital fechado que se regerá por este Estatuto Social, pela Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme alterada, pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Das Nações Unidas, nº 18801, Conjunto 111 - Sala 10, Bairro Jardim Dom Bosco, CEP: 04757-025.

Parágrafo único - A Companhia poderá, a critério exclusivo da Diretoria, instalar filiais, sucursais, agências, escritórios e depósitos em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto a) a representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras; b) a administração de bens próprios e investimentos; e, c) a participações em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 100,00 (cem reais), dividido em 100 (cem) ações ordinárias, nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente nacional, mediante depósito realizado em conta bancária no Banco do Brasil.

Artigo 6º - Os acionistas terão preferência para subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem, referido direito deverá ser exercido dentro

M
?

de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata de Assembleia Geral que o tiver deliberado, ou da publicação do aviso que resuma as deliberações tomadas.

Artigo 7º - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais dos acionistas.

Artigo 8º - As ações não poderão ser dadas em garantia de obrigações contraídas pelos respectivos titulares.

CAPÍTULO III - DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 9º - A Assembleia Geral terá todos os poderes que lhe são conferidos por lei para decidir os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

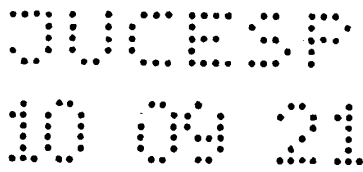
Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do ano social e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade.

Artigo 10º - A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. Será dispensada a convocação prévia nas assembleias em que estiver presente a totalidade dos acionistas.

Artigo 11º - Os acionistas serão considerados presentes na Assembleia Geral se participarem fisicamente, se representados por procurador, ou se participarem por conferência telefônica ou vídeo conferência, desde que, nesses últimos dois casos, todos os membros possam comunicar-se devidamente.

Artigo 12º - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos presentes, não se computando os votos em branco.

Artigo 13º - A Assembleia Geral será presidida por qualquer membro da Administração da Companhia indicado pelos acionistas representantes de no mínimo $\frac{3}{4}$ do capital social, o qual convidará outro membro para secretário da mesa.



CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 14º - A administração da Companhia competirá à Diretoria e ao Conselho de Administração, respeitadas as competências e atribuições, legais e estatutárias da Assembleia Geral.

CAPÍTULO V - DA DIRETORIA

Artigo 15º - A Diretoria será composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 05 (cinco) membros, sendo 01 (um) designado Diretor Financeiro, 01 (um) designado Diretor Administrativo e Operacional e 03 (três) designados Diretores sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse daqueles que forem eleitos para o mandato seguinte. Os mandatos dos Diretores poderão ser, a qualquer tempo, revogados por deliberação Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo 2º - Os Diretores eleitos serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de Termo de Posse, ficando dispensados de prestar fiança à Companhia ou qualquer outro tipo de garantia.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores e também a remuneração individual dos Diretores.

Parágrafo 4º - As reuniões da Diretoria poderão ocorrer por meio de conferência telefônica ou vídeo conferência, sendo que os membros da Diretoria poderão manifestar seu voto por meio de voto escrito antecipado, por voto escrito transmitido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.

Parágrafo 5º - A Administração da Companhia caberá a uma Diretoria com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na Companhia, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da Companhia, inclusive a prestação de garantias de suas obrigações e de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, observada as regras deste Estatuto Social.

Parágrafo 6º – A Companhia é administrada e representada em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente da seguinte forma: **a)** pela assinatura isolada do Diretor Financeiro; **b)** por dois Diretores agindo sempre em conjunto; **c)** pelos Procuradores que terão sempre que agir em conjunto de dois entre si; **d)** individualmente por um Diretor ou por um Procurador da Companhia, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Artigo 16º - Aos diretores competirá, em conjunto ou isoladamente:

- i) administrar e gerir os negócios da Companhia;
- ii) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e os Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia;
- iii) praticar todos os atos de comércio e de crédito, como comprar, vender, dar em penhor e caucionar bens móveis, veículos, mercadorias e títulos, assinando os respectivos termos e documentos;
- iv) alienar, onerar e adquirir bens imóveis, assinando os respectivos contratos e escrituras públicas ou particulares;
- v) contrair empréstimos e assumir obrigações, inclusive concedendo avais e fianças, em nome da Companhia, emitindo notas promissórias, sacando e aceitando letras de câmbio, firmando compromissos, acordos, contratos e outros documentos assemelhados que envolvam responsabilidade social;
- vi) outorgar procurações em nome da Companhia, com poderes para gestão ampla e completa da companhia;
- vii) confessar dívidas, disputar, renunciar ou transigir direitos e fazer acordos de qualquer espécie;
- viii) representar a Companhia em todos os atos necessários perante todas as repartições públicas federais, estaduais e municipais, suas delegacias e postos fiscais, bem como junto a autarquias, inclusive INSS, Secretaria da Receita Federal, Delegacia Regional do Trabalho, Departamento de Trânsito e Secretarias das Fazendas dos Estados;

- ix) transigir, desistir, firmar compromissos e dar quitação; emitir, aceitar e endossar cambiais, notas promissórias e duplicatas; movimentar contas bancárias, podendo emitir, sacar e endossar cheques, borderôs e ordens de pagamento; requisitar e retirar talões de cheques; receber valores, dando quitação;
- x) admitir, demitir e transferir funcionários, assinar suas carteiras de trabalho, contratos, termos de rescisão e demais documentos decorrentes da legislação do trabalho e da seguridade social;
- xi) constituir em nome da Companhia, procuradores “ad negotia” e “ad judicium”, determinando poderes, remuneração e prazos de vigência do instrumento de mandato;
- xii) representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo receber citações;
- xiii) submeter anualmente à apreciação da Assembleia Geral o Relatório da Administração e as contas da Diretoria; e
- xiv) representar isoladamente a Companhia na alienação e locação de bens imóveis, na cessão de direitos reais ou concessão de direito real em garantia de empréstimos.

Parágrafo único - Os documentos de simples expediente administrativo poderão ser assinados, isoladamente, por qualquer dos Diretores ou por procurador, com poderes específicos.

CAPÍTULO VI – DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 17º - A Companhia poderá ter um Conselho de Administração composto por no mínimo 03 (três) e no máximo 07 (sete) membros, brasileiros ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Os Acionistas deverão deliberar em sede de Assembleia Geral pela instalação do Conselho de Administração quando julgarem necessário.

Parágrafo 2º - O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 02 (dois)

anos, sendo permitida a reeleição. No caso de impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, uma Assembleia Geral deverá ser convocada para a eleição de novo membro, o qual deverá completar o mandato do membro substituído.

Parágrafo 3º - Na Assembleia Geral Ordinária, os acionistas deverão deliberar qual o número efetivo de membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

Parágrafo 5º - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia; não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento.

Parágrafo 6º - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto.

Parágrafo 7º - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia.

Parágrafo 8º - O Conselho de Administração deverá:

- (i) orientar e aconselhar os Diretores na condução dos negócios, a fim de atingir o objetivo social da Companhia;
- (ii) elaborar alçadas financeiras e de objetos para representação da Companhia;
- (iii) propor à Diretoria estratégias de negócio para a Companhia; e

(iv) orientar os Diretores com relação a assuntos técnicos e financeiros da Companhia.

Artigo 18º - As reuniões do Conselho de Administração deverão ocorrer sempre que necessárias aos interesses sociais da Companhia. As convocações deverão ser feitas pelo próprio Conselho ou pela Diretoria, através de comunicação por escrito, a ser entregue por meio de correio expresso, e-mail, telegrama ou fax, remetida para todos os demais membros do Conselho de Administração, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da reunião, comunicação esta que deverá especificar o lugar, o dia e a hora da reunião, assim como, de forma resumida, a ordem do dia. A forma de convocação referida acima não será necessária para as reuniões do Conselho de Administração em que todos os seus membros estejam presentes ou se declarem, por escrito, cientes da reunião a ser realizada.

Parágrafo 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas por membro escolhido entre os presentes, e este escolherá o secretário da mesa.

Parágrafo 2º - As reuniões serão consideradas validamente instaladas sempre que presente a maioria dos membros eleitos. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a um voto nas reuniões de tal órgão.

Parágrafo 3º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes.

Parágrafo 4º - Quando requisitado pelos membros do Conselho de Administração, os Diretores deverão comparecer às Reuniões do Conselho de Administração, a fim de esclarecerem os assuntos apresentados.

CAPÍTULO VII – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 19º – O Conselho Fiscal poderá ou não ser eleito, conforme decisão da Assembleia Geral, que poderá ter a característica de funcionamento não permanente, composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, permitida a reeleição.

Parágrafo único – O Conselho Fiscal terá a remuneração que for estabelecida pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII - DO EXERCÍCIO SOCIAL E LUCRO

Artigo 20º - O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro de cada ano, sendo levantado nesta última data o Balanço Geral dos negócios sociais.

Artigo 21º - O saldo dos lucros ficará à disposição da Assembleia Geral que lhe dará a destinação que lhe convier, respeitadas as normas legais e estatutárias aplicáveis.

Parágrafo único - Os dividendos serão pagos dentro do prazo estipulado pela Assembleia Geral que os declarar.

Artigo 22º - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

Artigo 23º - A Companhia poderá distribuir antecipadamente no mínimo 20% (vinte por cento) e no máximo 60% (sessenta por cento) dos lucros apurados através de escrituração contábil regular, ainda que por conta de período base não encerrado.

Parágrafo 1º - Os lucros apurados e não distribuídos aos acionistas na forma do *caput* deste artigo serão destinados à conta de reinvestimentos na Companhia.

Parágrafo 2º - Findo o exercício, se apurado prejuízo, os acionistas deverão restituir a Companhia os lucros distribuídos antecipadamente.

CAPÍTULO IX - DAS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Artigo 24º - As alterações estatutárias e a dissolução da Companhia somente poderão ser decididas em Assembleia Geral Extraordinária, convocada especialmente para esses fins, com *quórum* de instalação e deliberação em conformidade com a legislação em vigor.

CAPÍTULO X - DO DIREITO DE RETIRADA

Artigo 25º - O acionista que pretender vender suas ações deverá dar preferência aos demais acionistas, através de carta ao Diretor Presidente, na qual indicará preços e condições de pagamento. O Diretor Presidente comunicará a pretensão aos demais

M
e 7

acionistas, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, devendo estes, no prazo de 60 (sessenta) dias, exercer o direito de preferência na aquisição, na proporção das ações que possuírem, observando-se no que couber e, preferencialmente, os eventuais Acordos de Acionistas existentes.

CAPÍTULO XI - DO FORO

Artigo 26º - Em sendo necessária a obtenção das medidas judiciais aqui referidas, as partes elegem o foro da Comarca de São Paulo/SP, com renúncia de qualquer outro.

CAPÍTULO XII - DA DISPOSIÇÃO FINAL

Artigo 27º - Os casos omissos serão regidos pela Lei nº 6.404/76 e por outras normas legais aplicáveis às sociedades anônimas.

Mesa:

CICERO CORDEIRO ALVES
Presidente

MATEUS LIMA ALVES
Secretário

Acionistas:

CICERO CORDEIRO ALVES

MATEUS LIMA ALVES

Advogado:

ALINE CORDEIRO ALVES TEZZIN
OAB/SP 278.268

ANEXO II

PRR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.


BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

O Capital Social da Companhia em constituição é de R\$ 100,00 (cem reais), dividido em 100 (cem) ações ordinárias, nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, conforme demonstrativo abaixo:

<u>Acionistas Fundadores</u>	<u>Quantidade de Ações Subscritas</u>	<u>Valor (R\$)</u>	<u>Quantidade de Ações Integralizadas</u>	<u>Forma</u>
CICERO CORDEIRO ALVES , brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.336.609-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 103.749.048-71, residente e domiciliado Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Interlagos, nº 1.980, Torre 02, Apto 123 C, Bairro: Jardim Marajoara, CEP: 04680-002.	50	50,00	50	Em Dinheiro
MATEUS LIMA ALVES , brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 50.450.464-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 110.133.399-59, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Maria Benedita Rodrigues, nº 79, Bairro Parque Santo Antônio, CEP: 05851-280.	50	50,00	50	Em Dinheiro
TOTAL	100	100,00	100	Em Dinheiro

São Paulo/SP, 09 de agosto de 2021.

CICERO CORDEIRO ALVES
Presidente da Mesa

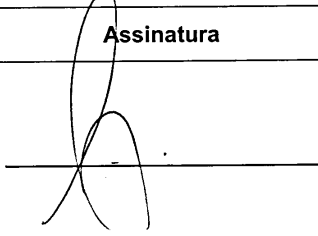
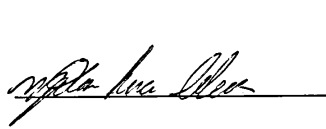

MATEUS LIMA ALVES
Secretário da Mesa

ANEXO IV

PRR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS

Estiveram presentes na Assembleia Geral de Constituição, realizada em 09 de agosto de 2021, os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme descrito abaixo:

Nº de Ordem	Acionista ou Procurador	Nº de Ações Ordinárias	Nº de Votos	Assinatura
01	CICERO CORDEIRO ALVES , brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.336.609-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 103.749.048-71, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Interlagos, nº 1.880, Torre 02, Apto 123 C, Bairro: Jardim Marajoara, CEP: 04660-002.	50	50	
02	MATEUS LIMA ALVES , brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 50.450.464-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 110.133.399-59, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Maria Benedita Rodrigues, nº 79, Bairro Parque Santo Antonio, CEP: 05851-280.	50	50	

São Paulo/SP, 09 de agosto de 2021.

CICERO CORDEIRO ALVES
Presidente da Mesa

MATEUS LIMA ALVES
Secretário da Mesa

JUCESP
10 09 21

ANEXO III - A

PRR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A

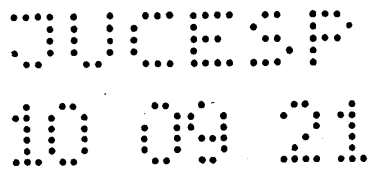
TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Em 09 de abril de 2021, **MATEUS LIMA ALVES**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 50.450.464-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 110.133.399-59, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Maria Benedita Rodrigues, nº 79, Bairro Parque Santo Antonio, CEP: 05851-280, eleito pelos Acionistas em Assembleia Geral de Constituição realizada em 15 de abril de 2021, para o cargo de Diretor Administrativo e Operacional da **PRR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**, Sociedade Anônima de Capital Fechado, localizada na Avenida Das Nações Unidas, nº 18801, Conjunto 111, Sala 10, Bairro Jardim Dom Bosco, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04757-025, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social, pelo que firmo este Termo de Posse.

Pelo presente, o Diretor Administrativo e Operacional ora empossado declara, sob as penas da lei e para todos os fins de direito, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"); (ii) não está condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 09 de agosto de 2021.


MATEUS LIMA ALVES



ANEXO III - B

PRR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Em 09 de agosto de 2021, **CICERO CORDEIRO ALVES**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.336.609-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 103.749.048-71, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Interlagos, nº 1.880, Torre 02, Apto 123 C, Bairro: Jardim Marajoara, CEP: 04660-002, eleito pelos Acionistas em Assembleia Geral Constituição realizada em 01 de fevereiro de 2021, para o cargo de Diretor Financeiro da **PRR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.**, Sociedade Anônima de Capital Fechado, localizada na Avenida Das Nações Unidas, nº 18801, Conjunto 111, Sala 10, Bairro Jardim Dom Bosco, CEP: 04757-025., na Cidade e Estado de São Paulo, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social, pelo que firmo este Termo de Posse.

Pelo presente, o Diretor Financeiro ora empossado declara, sob as penas da lei e para todos os fins de direito, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"); (ii) não está condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 09 de agosto de 2021.



CICERO CORDEIRO ALVES



Declarção

Eu, CICERO CORDEIRO ALVES, portador da Cédula de Identidade nº 22.336.609-2 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 103.749.048-71, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa PRR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A., **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Avenida das Nacoes Unidas, 18801, CJ. 111-SI 10, Jardim Dom Bosco, SP, São Paulo, CEP 04757-025, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa – Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

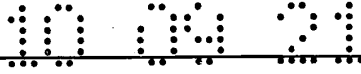
Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

✖

CICERO CORDEIRO ALVES

RG: 22.336.609-2 SSP/SP

PRR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.



Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 029889208-1		NIRE SEDE		NOME EMPRESARIAL PRR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.			
NOME DO INTEGRANTE CICERO CORDEIRO ALVES					IDENTIFICAÇÃO 103.749.048-71		
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 22336609	DIGITO 2	DATA DE EXPEDIÇÃO 19/09/2013	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira	
COR OU RAÇA Parda							
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Interlagos					NÚMERO 1880		
COMPLEMENTO T02-AP123C		BAIRRO/DISTRITO Jardim Marajoara			CEP 04660-002		
MUNICIPIO São Paulo				UF SP	PAIS Brasil		
TIPO DE OPERAÇÃO Admissão		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO							
CARGOS Diretor Financeiro (entrada) Início do Mandato: 09/08/2021 Término do Mandato: 09/08/2023							
REPRESENTADOS NENHUM							
DADOS COMPLEMENTARES							



Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

N° CONTROLE NA INTERNET 029889208-1		NIRE SEDE		NOME EMPRESARIAL PRR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.			
NOME DO INTEGRANTE MATEUS LIMA ALVES					IDENTIFICAÇÃO 110.133.399-59		
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 50450464	DIGITO 2	DATA DE EXPEDIÇÃO 18/02/2020	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira	
COR OU RAÇA Parda							
LOGRADOURO (rua, av, etc) Rua Maria Benedita Rodrigues					NÚMERO 79		
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Parque Santo Antonio			CEP 05851-280		
MUNICIPIO São Paulo				UF SP	PAIS Brasil		
TIPO DE OPERAÇÃO Admissão		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA			
PARTICIPAÇÃO							
CARGOS							
Diretor Administrativo (entrada)		Início do Mandato: 09/08/2021		Termino do Mandato: 09/08/2023			
Diretor Operacional (entrada)		Início do Mandato: 09/08/2021		Termino do Mandato: 09/08/2023			
REPRESENTADOS NENHUM							
DADOS COMPLEMENTARES							



JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

PROTOCOLO: 0.836.138/21-1

Relatório da Análise Prévia

- SUGESTÃO DE DEFERIMENTO** por estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
 SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA por não estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
 SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO Lei 8934/94 - art 40 § 1º

DBE (Documento Básico de Entrada)

ITEM	FORMALIDADES	Sim	Não
01	É necessário a apresentação do Documento Básico de Entrada - DBE?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) foi apresentado?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está assinado pelo representante da sociedade?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição/inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	O nome empresarial no requerimento de empresário corresponde ao nome do empresário? (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	A natureza jurídica informada corresponde com o ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	O capital informado na FCPJ corresponde ao capital subscrito (e integralizado) constante do ato constitutivo/alterador?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	A descrição da atividade empresária está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Ressalte-se que a atividade principal é aquela que gera maior receita para o estabelecimento).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	O DBE está firmado por pessoa física responsável? (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administrador indicado pelos sócios por meio de contrato social, ressaltando-se que a pessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorgar procuração eletrônica a terceiros, socios ou não (desde que estes possuam certificado digital); procuração em papel é possível, porém o procurador só poderá firmar o DBE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração – pessoa física responsável perante o CNPJ). Portaria 06/2013 – JUCESP.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	O Documento Básico de Entrada – DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outras exigências a especificar (DBE):

Análise Prévia

Hilton Noredi Mazarem da Silva RG 501.020.978-1
Data: 09/09/2021

Alexy Dubois
RG. 2.831.298-3

Ciência Vogais




 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado de São Paulo

PROTOCOLO REDESIM
SPP2131265771

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) PRR PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S.A	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ *****
--	----------------------------------

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

**101 Inscricao de primeiro estabelecimento
Quadro de Sócios e Administradores - QSA**

DEFERIDO

Alexy Dubois
RG. 2.881.246-3

DEFERIDO DBE

Número de Controle: SP63443381 - 00010374904871

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

FCPJ
 QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO	CPF DO PREPOSTO
------------------	-----------------

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Responsável
 Preposto

NOME CICERO CORDEIRO ALVES	CPF 103.749.048-71
LOCAL E DATA	ASSINATURA (com firma reconhecida)

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONARIO DA UNIDADE
CADASTRADORA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO
0.797.307/21-7



TU3
CG5

CONTROLE INTERNET
029752215-9



CAPA DO REQUERIMENTO

DADOS CADASTRAIS

ATO Constituição Normal;				PORTE Normal	
NOME EMPRESARIAL PRR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.				CEP 04757-025	
LOGRADOURO Avenida das Nacoes Unidas		NÚMERO 18801	COMPLEMENTO CJ. 111-SI 10		
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL		
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE	NIRE - SEDE			
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: CICERO CORDEIRO ALVES (Diretor Financeiro) ASSINATURA: <i>[assinatura]</i>			VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 442,17 DARF: R\$, 00		SEQ. DGC. 1/1
DATA: 09/08/2021					

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 	CARIMBO ANÁLISE
ANEXOS:		ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO
<input checked="" type="checkbox"/> DBE <input type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formal de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input type="checkbox"/> Outros		
<input checked="" type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão		
OBSERVAÇÕES:		



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

PROTOCOLO: 0.797.307/21-7

Relatório da Análise Prévia

- SUGESTÃO DE DEFERIMENTO por estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA por não estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO Lei 8934/94 - art 40 § 1º

DBE (Documento Básico de Entrada)

ITEM	FORMALIDADES	Sim	Não
01	É necessário a apresentação do Documento Básico de Entrada - DBE?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) foi apresentado?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está assinado pelo representante da sociedade?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	O nome empresarial no requerimento de empresário corresponde ao nome do empresário? (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	A natureza jurídica informada corresponde com o ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	O capital informado na FCPJ corresponde ao capital subscrito (e integralizado) constante do ato constitutivo alterador?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	A descrição da atividade empresária está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Ressalte-se que a atividade principal é aquela que gera maior receita para o estabelecimento)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	O DBE está firmado por pessoa física responsável? (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administrador indicado pelos sócios por meio de contrato social, ressaltando-se que a pessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorgar procuração eletrônica a terceiros, sócios ou não (desde que estes possuam certificado digital); procuração em papel é possível, porém o procurador só poderá firmar o DBE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração – pessoa física responsável perante o CNPJ). Portaria 06/2013 – JUCESP	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	O Documento Básico de Entrada – DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento?	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

Outras exigências a especificar (DBE):

Proposta de Exigência

Propostas de exigências/indeferimento a especificar ou fundamentar

Faltam assinaturas nos documentos.

Análise Prévia

Cristiane Oliveira da Silva RG 29.460.248-3

Data: 30/08/2021

Ciência Vogais

EXIGÊNCIA

Aramis Moura do Nascimento Junior
RG 11.689.248-1
Vogal